

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Gabriella Marques Kneipp

**CONDIÇÕES DE INGRESSO E AÇÕES PARA PERMANÊNCIA DOS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFSM**

Santa Maria/RS, Brasil

2019

Gabriella Marques Kneipp

**CONDIÇÕES DE INGRESSO E AÇÕES PARA A
PERMANÊNCIA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFSM**

Monografia de especialização apresentada ao Curso Presencial de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: D.^{ra} Eliana Pereira de Menezes

Santa Maria, RS
2019

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o trabalho de monografia de especialização

**CONDIÇÕES DE INGRESSO E AÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA NA UFSM**

elaborado por
Gabriella Marques Kneipp

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Eliana Pereira de Menezes
(Presidenta/Orientadora - UFSM)



Prof.^a Dr.^a Priscila Turchiello
Comissão Examinadora



Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes de Castro
Comissão Examinadora

Santa Maria/RS, Brasil
2019

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e me auxiliaram durante essa caminhada, sem vocês isto não teria sido realizado.

Primeiramente agradecer a Ele, Deus, por tudo o que tem me dado e por me fazer entender que as minhas vontades são particulares e próprias e que ele atenderá as necessidades. Enfim, obrigada por todo o seu amor.

Também, se faz necessário nomear algumas pessoas que se fizeram importantíssimas neste percurso:

Agradeço a minha família, obrigada a todos, sem vocês essa escolha não teria acontecido, peço perdão por todas as ausências, dúvidas e loucuras que tive durante o curso de Especialização!

Agradeço a minha orientadora, professora Dr^a Eliana Menezes, por todas as suas contribuições e olhar atento e sensível com o que pesquisamos, também pela sua dedicação e paciência. Você se fez de grande importância, para que eu pudesse problematizar e executar o que propus enquanto pesquisa. Também gostaria de deixar meu singelo agradecimento para o seu grupo de estudos, pois nele, além de seguir com as discussões com o viés da perspectiva pós-estruturalista, pude encontrar colegas e amigas que tem um propósito e modo de vida parecidos.

Do mesmo modo, queria agradecer a banca examinadora por terem aceito o convite, realizando uma leitura e análise criteriosa, contribuindo, assim, para um melhor trabalho.

Enfim, OBRIGADA a todos que transpassaram o meu caminho!

RESUMO

Monografia Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

CONDIÇÕES DE INGRESSO E AÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFSM

AUTOR: Gabriella Marques Kneipp

ORIENTADOR: Eliana Pereira de Menezes

Data e Local da defesa: Santa Maria, 29 de agosto de 2019

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer ações ofertadas na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM para inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior. Estruturada a partir da inspiração teórico-metodológica nos estudos pós-estruturalistas, a pesquisa foi constituída sobre a análise de documentos federais e institucionais que regulamentam e apresentam o processo de inclusão desses sujeitos na instituição. Segundo tais documentos a UFSM tem desenvolvido políticas institucionais que possibilitam o acesso de alunos com deficiência pelo sistema de cotas aos seus cursos de graduação desde o ano de 2007. Conforme dados do Relatório do Núcleo de Acessibilidade (2014-2018), transcorridos dez anos desde do início da implementação do sistema de cotas, 530 alunos com deficiência já ingressaram na UFSM, sendo que desses, 159, abandonaram os cursos e 79 formaram-se. Ao olhar para tais números e as ações que têm sido realizadas pela UFSM via Núcleo de Acessibilidade passei a me perguntar sobre por que tão poucos alunos conseguem integralizar a formação? Como esta pesquisa não tinha o objetivo de conhecer as percepções de alunos e professores da UFSM com relação às práticas de inclusão, as conclusões produzidas indicam possibilidades de interpretação, mas não afirmações sobre os efeitos que as práticas produzem nos sujeitos. Assim, parece-me que as ações técnicas e a oferta de recursos e de profissionais podem não estarem sendo suficientes para garantir a permanência (com aprendizagem) dos alunos na UFSM. Entendo que assim como as práticas inclusivas realizadas nos espaços de educação básica, é possível que as relações que são determinantes nos processos de aprendizagem ainda sejam frágeis e pautadas em representações de deficiência pelo viés da incapacidade. Essas relações podem indicar os efeitos da lógica neoliberal na educação, não possibilitando que os sujeitos com deficiência sejam compreendidos como sujeitos de aprendizagem, capazes de concorrência.

Palavras-chave: Aprendizagem, Ingresso; Permanência; UFSM.

ABSTRACT

CONDITIONS OF ADMISSION AND ACTIONS FOR THE PERMANENCE OF STUDENTS WITH DISABILITIES AT UFSM

AUTHOR: Gabriella Marques Kneipp

ADVISER: Eliana Pereira de Menezes

Date and place of the defense: Santa Maria, August 29, 2019

This study aimed to know the actions carried out at the Federal University of Santa Maria for the inclusion of students with disabilities in higher education. Structured from the theoretical-methodological inspiration in poststructuralist studies, the present work was based on the analysis of federal and institutional documents that regulate and present the process of inclusion of these students. According to these documents, UFSM has been developing institutional policies that allow students with disabilities access through the quota system to their undergraduate degrees since 2007. According to data from the Accessibility Center Report (2014-2018), 10 years after the implementation of the quota system, 530 students with disabilities have joined UFSM, of which 159 have dropped out and just 79 have graduated. Looking at these numbers and the appropriate actions that have been adopted by UFSM through the Accessibility Center, why are so few students graduating? Since this study did not aim to know the perceptions of students and faculty members regarding inclusion practices, the results showed possibilities of interpretation and not statements about the effects that such practices produce on subjects. Thus, it seems that technical actions and the availability of resources and professionals may not be enough to guarantee students' permanence (with learning) at UFSM. It is understandable that as inclusive practices are carried out in the spaces of basic education, it is possible that the relationships that are determinant in the learning processes are still fragile and based on representations of disability due to a disability bias. These relationships may indicate the effects of neoliberal logic on education that do not yet enable subjects with disabilities to be understood as learning subjects that can compete.

Keywords: Learning, Admission; Permanence; UFSM.

SUMÁRIO

1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PRODUÇÃO DE UMA INTENÇÃO DE PESQUISA.....	7
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	11
2.1 A busca por outras pesquisas já desenvolvidas na UFSM	10
2.2 Elementos teóricos que embasam o percurso metodológico e a eleição do material de análise	13
3. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA UFSM.....	16
4. AÇÕES INCLUSIVAS NA UFSM: A GESTÃO DAS PRÁTICAS E A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PRODUÇÃO DE UMA INTENÇÃO DE PESQUISA

Esta pesquisa, a qual procura conhecer ações ofertadas na UFSM para inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, surge a partir das minhas inquietações e interesse em estudos com a área da inclusão, da educação especial, em particular das políticas de inclusão que foram criadas para assegurar o acesso do aluno com deficiência no ensino superior e sua permanência nesse nível de ensino.

Com a intenção de explicar como a minha história de vida entrecruza-se com minhas escolhas acadêmicas e profissionais e dão origem ao interesse no presente estudo, vasculho as minhas memórias.

A memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamento sobre as experiências. Tempo e memória que possibilitam conexões com as lembranças e os esquecimentos de si, dos lugares, das pessoas, da família, da escola e das dimensões existenciais do sujeito narrador (SOUZA, 2007, p.64)

Nasci na pequena cidade de Caçapava do Sul, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Sou a filha mais nova de um casal com três filhas. Meus pais embora tenham concluído apenas o ensino médio, sempre incentivaram eu e minhas irmãs a ingressar em um curso superior. Cursei o ensino fundamental e médio em escola pública da cidade de Caçapava do Sul. Durante o ensino médio realizei as provas do programa de ingresso ao ensino superior (PEIES). No terceiro ano do ensino médio, ao me deparar com a escolha do curso superior não sabia ao certo o que escolher, então, avaliando as inúmeras possibilidades motivada pela palestra de uma professora de educação especial e pelo gosto por crianças, pesquisei informações sobre o curso de Educação Especial¹ e decidi optar por ele.

Para minha surpresa fui aprovada na segunda chamada do PEIES para o Curso Superior de Educação Especial e aos poucos fui encontrando-me nesse Curso que me proporcionou várias experiências. Considero que durante o período de formação tive grande crescimento pessoal e acadêmico.

¹ Curso de Graduação em Educação Especial- Licenciatura Plena (Diurno) ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria.

O curso de Educação Especial, segundo o seu Projeto Político Pedagógico (2008), tem como objetivo formar professores em nível de licenciatura para trabalhar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades da Educação Especial, tais como: classes especiais e escolas especiais; serviços de apoio pedagógico; sala de recursos; classes hospitalares; ambiente domiciliar e orientação pedagógica por meio de serviço itinerante. Tendo como base este objetivo, várias foram as oportunidades de constituição profissional durante o curso.

Conseqüentemente, destaco o aprendizado obtido nas diversas disciplinas ao longo do curso que trouxeram o embasamento teórico para a minha formação; o envolvimento em projetos de extensão, tais como Estimulação Essencial no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEPES) e também a participação em projetos de pesquisa como a Formação de Professores na Educação dos Surdos e Experiências das Artes no curso de Pedagogia: Articulações e Diálogos Contemporâneos entre o Visual e o Musical; além das vivências possibilitadas pelos estágios² curriculares que propiciaram o contato com a prática profissional e conhecimento que também contribuíram para a minha formação

No estágio de Déficit Cognitivo tive a oportunidade de vivenciar a realidade escolar de uma escola na zona rural na cidade de Caçapava do Sul, lugar em que vivi todo o meu período escolar do Ensino Fundamental e Médio. Essa experiência de estágio permitiu que eu reformulasse valores e conceitos que havia construído acerca do aluno ideal, no caso um aluno com deficiência intelectual que fosse alfabetizado ou já apresentasse alguma evolução no aprendizado escolar.

Avaliando a minha atuação durante o estágio acredito que contribuí de alguma forma para o desenvolvimento e aprendizado do aluno e considero que este período foi de grande crescimento tanto profissional como pessoal. Penso que fiz aquilo que era possível considerando os recursos disponíveis; a estrutura da escola, que se trata de uma instituição pública municipal; a realidade do aluno, que vem de uma família carente e com pouco estímulo em casa e também as minhas limitações pessoais.

2. As disciplinas que me deslocaram de uma zona de conforto foram: Déficit Cognitivo ofertada no 6º semestre, Estágio Supervisionado de Surdez no 7º semestre, Alternativas metodológicas para o aluno com Déficit Cognitivo -7º semestre, Estágio supervisionado de Déficit Cognitivo-8º semestre

No início do estágio deparei-me com uma realidade diferente da que eu já havia vivenciado, já que os estágios anteriores foram realizados em dupla e era possível ter o apoio das colegas para dividir expectativas, anseios e medos. Desse modo, precisei superar estas limitações e avalio que ao final desta experiência obtive um grande crescimento, pois acredito que a aprendizagem não ocorre somente a partir de êxitos e acertos, mas também, por meio da superação de obstáculos, avaliação e reflexão sobre o que não deu certo, para que possamos melhorar em experiências futuras.

Entendo que ao longo dos meus quatro anos de formação fui construindo-me professora, por meio das práticas e reflexões sobre como era a minha atuação nessa área, ou seja, como estava tornando-me uma professora de Educação Especial. Sendo assim, um marco nessa construção de ser professor é minha colação de grau em janeiro de 2014, no curso de Educação Especial- Licenciatura Plena. O dia 25 de janeiro de 2014 representa a concretização de um período intenso de mudanças e aprendizagens que formara a profissional e eterna estudante que hoje sou.

Então, em 2014, digamos que comecei minha experiência profissional, e em agosto deste mesmo ano fui surpreendida (convidada) a assumir uma turma multisseriada e com pessoas que possuíam diferentes deficiências na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ) na cidade de Caçapava do Sul. A atuação com jovens e adultos que possuem deficiência em uma instituição especializada provocou em mim diversos questionamentos sobre seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. Quais as possibilidades de ingresso em uma escola comum teriam lhes sido ofertada? Suas histórias de escolarização podem ter sido responsáveis pela sua inserção em um espaço de atendimento especializado? Que ações e estratégias para manutenção desses alunos na escola comum foram produzidas? Enfim, como foi o processo de aprendizagem destes estudantes e o que os trouxe para este espaço especializado.

Essas, entre outras questões, me fizeram retomar reflexões já produzidas por mim quando atuei no Ânima- Núcleo de aprendizagem do estudante³, no período de

3 Atualmente nomeado como Núcleo de apoio à Aprendizagem, constitui um dos núcleos que integra a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), órgão executivo do Gabinete do Reitor, desenvolve ações de apoio junto ao público da UFSM. O trabalho desenvolvido visa, de modo geral, o acesso, a permanência, a promoção da aprendizagem, a acessibilidade e as ações afirmativas. Estrutura-se a partir do Observatório de Ações de Inclusão, possuindo além do núcleo já citado o Núcleo de

junho de 2012 a maio de 2013, momento em que fui provocada a refletir sobre como a pessoa com deficiência no ensino superior é vista e quais estratégias desenvolvidas para a sua aprendizagem são construídas e ofertadas a ela, temática essa que hoje retomo para a realização do presente estudo.

As inquietações que passaram a se fazer presentes na minha trajetória profissional, somadas as experiências vivenciadas como acadêmica do curso de graduação fizeram com que em 2017 eu regressasse à UFSM com uma grande vontade de continuar estudando.

Enfim, todas as experiências vividas me colocam no contexto que estou hoje o de acadêmica do Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, o de professora de Educação Especial, o de participante de grupo de estudos, etc., já que somos nossas modificações, ou seja, essas mudanças são os anseios e caminhos que tomamos para nos tornarmos cada vez seres e professores melhores sem perder a curiosidade e a vontade por pesquisar e agregar novos conhecimentos.

Como aluna do curso de especialização tenho refletido sobre as ações de permanência do sujeito com deficiência no ensino superior, o que resultou na proposição deste estudo a partir da seguinte questão norteadora: que ações são ofertadas na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM para inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior?

Ao propor este estudo com o objetivo de conhecer ações ofertadas na UFSM para a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior não tenho a intenção de apresentar experiências de modo a criar uma verdade ou modelo sobre como incluir pessoas com deficiência, mas sim discutir o que é ofertado aos estudantes com deficiência na Universidade Federal de Santa Maria, a partir da análise de documentos federais e institucionais que regulamentam o processo de inclusão desses sujeitos nesse espaço.

Considerando então os aspectos mencionados, construímos a monografia a partir da indicação do percurso metodológico percorrido para elaboração das discussões propostas e das articulações entre os materiais da pesquisa e o referencial teórico eleito, como apresentaremos na sequência do estudo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 A busca por outras pesquisas já desenvolvidas na UFSM

Diante da eleição dos processos inclusivos desenvolvidos na UFSM como objeto de análise deste estudo, estabeleci como primeiro passo metodológico para a construção da pesquisa, uma busca dentro da Biblioteca no Serviço de Descoberta da UFSM⁴ e elencamos como um primeiro critério a procura de trabalhos nesta plataforma, pois a pesquisa tem como foco as práticas de inclusão que são desenvolvidas na UFSM, utilizando os descritores “Inclusão” e “Ensino Superior”. Tal busca teve como intenção construir um levantamento de outras pesquisas já desenvolvidas no âmbito da instituição, para que fosse possível avaliar a relevância da pesquisa proposta. Além disso, acreditava-se que as pesquisas a serem encontradas poderiam se constituir como fonte de embasamento teórico para este estudo.

Na primeira busca foram encontrados 158 trabalhos produzidos também em outras instituições, então realizou-se uma nova busca a partir do filtro “trabalhos produzidos na UFSM” e dos descritores já indicados”. O resultado indicou as pesquisas apresentados na tabela abaixo: uma monografia de 2018, duas dissertações a primeira de 2006 e a outra 2011, e duas teses produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM, sendo a primeira produzida em 2017 e a outra 2018.

Tabela 1 – Obras selecionadas no Serviço de Descoberta da UFSM

4 <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/biblioteca/>

Ano	Título/Palavras-chave	Autor (es)	Documento	Objetivo
2006	Ingresso, Acesso e Permanência de Alunos com Necessidades Especiais na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM Palavras-chave: Alunos com Necessidades Educacionais Especiais; Barreiras Arquitetônicas e atitudinais; inclusão no ensino superior.	PELLEGRINI, C.M	Dissertação	Investigar o Ingresso, Acesso e Permanência dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade Federal de Santa Maria.
2011	As (Im) possibilidades da Inclusão na Educação Superior. Palavras-chave: Inclusão; Instituição de Educação Superior; Acesso; Cotas; Ações afirmativas.	WATZLAWICK, J.A.de A.	Dissertação	Buscar a partir do relato dos alunos ingressantes pelo Sistema Cidadão B, uma análise do processo de inclusão educacional, por meio deste ingresso apontando os indicativos e possibilidades de prosseguimento e conclusão de curso destes alunos.
2017	A produtividade dos sujeitos com deficiência na articulação da Educação Profissional e Tecnológica com a Inclusão Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Inclusão; Pessoas com deficiência;	TURCHIELLO, P.	Tese	Compreender como a educação profissional e tecnológica investe na constituição de sujeitos produtivos na racionalidade neoliberal de matriz inclusiva.

	Produtividade; Governamentabilidade neoliberal.			
2018	Gestão: Inclusão no Ensino Superior frente ao público-alvo da Educação Especial Palavras-chave: Gestão; Educação Superior; Inclusão; Público alvo da Educação Especial.	PEREIRA; P.L.C	Monografia	Conhecer a produção científica na área da Gestão pedagógica em uma instituição de Ensino Superior referente a temática da gestão na tentativa de identificar estratégias que vem sendo realizadas para o público da Educação Especial.
2018	Reestruturação da Educação Superior e Ações direcionadas à Permanência e Diplomação do Estudante com NEE Palavras-chave: Educação Superior; Necessidades Educacionais Especiais; Permanência; Reestruturação.	FIORIN, B.P.A	Tese	Compreender como as ações direcionadas aos estudantes com necessidades educacionais especiais influenciam desde 2008, a permanência e conclusão de curso desses estudantes em universidades federais do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborada pela Autora

Posteriormente a escolha dos trabalhos, o próximo caminho levou a leitura dos resumos dessas pesquisas e organização dos dados apresentados como seus títulos, autores, fontes e ano. Após a seleção destes, por meio dos resumos, observou-se detalhadamente as palavras-chave, objetivos, metodologia da pesquisa e principais resultados, considerando alguns critérios como: 1º) acesso dos alunos

com deficiência no Ensino Superior; 2º) permanência destes alunos no Ensino Superior. Tal análise sobre os trabalhos teve como intenção principal identificar aquelas que poderiam ser utilizadas como fonte de estudo para a pesquisa que estava começando a ser desenvolvida.

2.2 Elementos teóricos que embasam o percurso metodológico e a eleição do material de análise

Segundo Bujes (2002) a pesquisa sempre surge de uma inquietação com algum tema. Ela deriva, quase sempre, de um descontentamento com respostas que já trazemos, com esclarecimentos dos quais passamos a hesitar, com incômodos um tanto profundos em relação a crenças que, em determinado período, avaliamos inalteráveis. Sendo assim, fundada na inquietação, tal forma de significar a pesquisa encontra sentido neste estudo pois ele possui inspiração nos estudos da perspectiva pós-estruturalista e nos estudos foucaultianos em educação.

Nesse contexto, ao delinear este percurso metodológico procuro apresentar elementos que me permitem pensar uma metodologia de pesquisa não de forma engessada ou pré-definida, mas a partir de problematizações que procuram desnaturalizar verdades já construídas. Desta maneira, trago Paraíso quando nos diz que,

Na construção metodológica que fazemos em momento algum desconsideramos o já produzido com outras teorias, com outros olhares, com outras abordagens sobre o objeto que escolhemos para investigar. Ocupamo-nos do já conhecido e produzido para suspender significados, interrogar textos, encontrar caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros (PARAÍSO, 2012, p.25)

Produzir pesquisa por esse viés é olhar para distintas práticas e estratégias discursivas produtoras de sujeitos e analisar como foi durante um tempo histórico as políticas de inclusão. Assim sendo, entende-se que pela linguagem produzimos os discursos que vão conduzindo nossas formas de compreender a nós mesmos em relação ao outro e ao mundo que nos cerca.

Com Foucault (2014, p.7), passei a entender que “o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que se lhe ocorrer ter algum poder, é de nós, só de nós que ele lhe advém”. Portanto, segundo o autor os discursos são sempre

históricos, datados e localizados em uma dada época, e estabelecem-se em diferentes espaços, tomando os sujeitos individuais e os sujeitos coletivos como seu alvo com a intencionalidade de produzir sobre eles ações de governo⁵.

Considerando a inspiração teórico-metodológica anunciada, desenvolvi o presente estudo a partir de uma análise de discurso de inspiração foucaultiana, tomando como materialidade analítica os seguintes documentos:

Tabela 2- Documentos oficiais

DOCUMENTO	ANO	DESCRIÇÃO
Lei Brasileira de Inclusão -LBI	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
PPI – Projeto Pedagógico Institucional	2016	Princípios que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Maria
Relatório do Núcleo de Acessibilidade	2014- 2018	Relatório anual de ações educacionais
Regulamento do Núcleo de Apoio a Aprendizagem	2017	Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades do Núcleo de Apoio a Aprendizagem da Coordenadoria de Ações Educacionais -CAED
Relatório do Núcleo de Apoio a Aprendizagem	2018	Relatório anual

Fonte: Elaborada pela autora.

Tais documentos serão analisados não com a intenção de apresentar a verdade sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência na UFSM, mas sim de conhecer como se dão as ações ofertadas na UFSM para inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, tendo nos discursos que os constituem a produção de significados sobre os alunos com deficiência na instituição, que resultam em formas de organização das ações de permanência, estendo o foco nos processos de aprendizagem desses neste espaço.

5 Governo a partir dos estudos de Foucault significa uma ação de condução de conduta operada por um sujeito em relação aos outros, a partir de discursos instituídos como mais verdadeiros. Assim vamos sendo conduzidos a uma forma de vida mais correta e segura, a partir das verdades que vamos sendo conduzidos a assumir como nossas.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA UFSM

Primeiramente, para se pensar o processo e implementação de políticas inclusivas dentro da UFSM, deve-se fazer um regaste teórico em âmbito nacional procurando pelos movimentos de constituição das políticas de inclusão no Brasil. Essa discussão se mostra importante porque compreendo que as legislações e documentos produzidos na atualidade para propor e balizar as práticas de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, resultam de acontecimentos produzidos em diferentes períodos históricos e que se constituem como condição de possibilidade para o vivido na atualidade. Portanto, como embasamento deste estudo, trago, um conceito de inclusão baseado nos estudos da perspectiva pós-estruturalista conforme, Veiga-Neto & Lopes (2011, p.123),

A inclusão não é “adequada” por si mesma; longe disso, ela não é, fundamentalmente, o outro da exclusão. Do mesmo modo, pode-se abranger que bem repetidamente inclui-se para excluir, isto é, comete-se uma inclusão excludente. Com isso se quer dizer, que a inclusão não toda boa ou que basta as políticas de inclusão para se estar dentro desta lógica ao contrário constantemente vivemos processos de in/exclusão.

Assim sendo, o processo de inclusão vem sendo produzido em diferentes épocas sendo uma invenção que acima de tudo é um modo de analisar a história e o sujeito com deficiência.

Tal compreensão é produto de uma forma de olhar para a história que busca “entender acontecimentos do presente a partir das condições históricas que possibilitaram sua configuração atual” (MENEZES, 2011, p. 38).

De acordo com Baptista (2002), o crescimento histórico da Educação Especial no Brasil e suas políticas em defesa do público-alvo da Educação Especial já estavam presentes desde a Constituição Federal de 1988, mas no século XX, entre os anos de 1995 a 2001, houve uma intensificação de práticas inclusivas e desses direitos.

Ainda, o autor traz que um grande avanço para concretizar a inclusão escolar como processo na política educacional brasileira, foi a adesão do Decreto nº 6.571 que inventa o financiamento, no domínio do FUNDEB, para o atendimento em educação especial conduzido aos alunos da rede pública e matriculados em escolas comuns do ensino regular.

Nessa lógica, a história da Educação Especial no Brasil pode ser compreendida a partir da estruturação de práticas que primam pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma segmentação das deficiências que ainda hoje determinam muito do que é oferecido em termos educacionais às pessoas com deficiência.

De acordo, com Beyer (2013), o processo inclusão e a Educação Especial tiveram uma transformação no modelo e também em sua proposta, exprimindo basicamente um movimento de descentralização da Educação Especial e seus espaços de ensino. O autor, além disso, nos traz que na história da Educação escolar sempre existiu uma forma de segregação, pois se sabe que a escola não era uma instituição para todos já que, este espaço e a educação formal sucessivamente foi um lugar para poucos e do mesmo modo para uma elite.

Ao apontar tal questão não se busca exercer um juízo de valor sobre a mesma, mas discutir como essa condução de políticas centradas em aspectos mais assistenciais e classificatória dos sujeitos tem influenciado as políticas de inclusão hoje instituídas no país.

A década de 90 no Brasil foi marcada pelo movimento de fortalecimento dos ideais democráticos e pela reafirmação dos direitos humanos. Na área da educação, esses princípios são visualizados com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394 de 1996, documento que constitui as bases legais para a organização dos sistemas de ensino e passou a ser conhecida pelo caráter descentralizador das ações de Governo. A partir da defesa da necessidade de implementação de práticas de gestão democrática da escola, discursos passam a ser produzidos sob o viés de que era preciso que as escolas se responsabilizassem pelas suas práticas com o objetivo de formação de alunos autônomos, emancipados e aptos ao exercício da cidadania.

A partir da perspectiva que embasa este estudo compreende-se que nesse contexto histórico vivia-se no país um período de fortalecimento da racionalidade neoliberal, a partir da qual faz-se preciso que o Governo governe menos, para governar mais. Segundo Menezes (2011, p. 132)

"Descentralização das ações, gestão democrática e autonomia (da escola e dos alunos) são palavras que constituem a referida LDB do início ao fim do seu texto, ratificando sua adequação ao modo de vida que estava se gestando na época. Inclusive, faz-se referência a essa possibilidade de

autonomia da escola como uma forma de superação das relações estabelecidas entre escola e Estado na legislação anterior (LDB 5692/71). "Uma escola pública autônoma tem maiores chances de garantir a qualidade de ensino do que uma escola obediente, submissa e burocratizada" (Grifos da autora).

Nesse contexto, as políticas de inclusão escolar que passam a ser produzidas a partir da promulgação da referida LDB são compreendidas como políticas que também apresentam uma intencionalidade dentro da lógica neoliberal. Segundo Turchiello (2017), a partir dessa lógica emerge a necessidade de um investimento específico endereçado à população com deficiência no que diz respeito a produtividade.

Para além da necessidade de garantia de direitos humanos anunciada nessas políticas, entendo que há também uma necessidade de captura dos sujeitos com deficiência para a conquista de um modo de vida mais autônomo e politicamente mais econômico.

Ao olhar para as políticas inclusivas como um dispositivo de governamentalidade neoliberal, é possível ver um deslocamento na forma como historicamente temos produzido o sujeito com deficiência. Segundo Lopes (2009), esse sujeito que foi por décadas produzido como um sujeito dependente da assistência, passa a ser produzido como alguém que tem condições para se constituir como sujeito da previdência. Ou seja, aquele que desenvolve-se de forma autônoma pode ser capaz de se incluir socialmente e colaborar economicamente nos processos de produção e consumo do mundo capitalista.

O incremento das capacidades de famílias e de indivíduos não leva, necessariamente, a uma virada radical de suas condições, mas dá as condições mínimas para que o Estado de assistência não se perpetue. Isso possibilita uma espécie de promoção de um Estado de seguridade por assistência a um Estado de seguridade por previdência. A seguridade por previdência é possível para aqueles que contribuem com o Estado através de seu trabalho. Não há necessidade de uma grande contribuição para o Estado, mas há necessidade de uma contribuição mínima constante que garanta os fluxos de mercado que rejam a vida humana. Manter o equilíbrio entre previdência e assistência é uma questão fundamental, desafiadora, e está na ordem da educação da população e na ordem da governamentalidade (LOPES, 2009, p. 162).

Considerando essa forma de compreender as políticas inclusivas, neste trabalho olho para as ações que promovem a inclusão no ensino superior, tentando analisar o que se está fazendo no contexto da UFSM. Parece-me que essa

necessidade de produção de um sujeito que consiga se movimentar da condição de “assistido para contribuinte” pode justificar uma intensificação dos discursos com relação aos princípios que gestam as práticas educacionais inclusivas. Se inicialmente previa-se a necessidade de garantia “apenas” da acessibilidade para a pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão –LBI, Lei n.º 13.146, instituída em 6 de Julho de 2015 passa a indicar a necessidade de se assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Tal lei avança em seus princípios, indicando a necessidade de garantir acessibilidade, com permanência, participação com vistas a construção da aprendizagem.

Segundo, a LBI (2015):

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência
V- dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.
(Grifos nossos)

Embora essa e outras legislações determinem os direitos das pessoas com deficiência nos espaços educacionais, entendo que são necessárias mudanças intensas no modo de significar seus processos de aprendizagem e os objetivos das práticas educacionais. Nessa lógica, faz-se necessárias intervenções e medidas práticas com o intuito de mover os obstáculos que evitam ou restringem o ingresso e permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior.

De acordo, com o Censo do Ensino Superior MEC/INEP (2017), o número de matrículas da Educação Superior dos estudantes declarados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação era de 38.272 em contrapartida o número total de matrículas era 8.286.663 pessoas matrículas nas IES.

A UFSM passou a propor em 2007, diretrizes para o acesso dos estudantes com deficiência, mas apenas em 2012 conforme o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2016), o acesso à UFSM é ofertado pelos formatos deliberados em lei, ou seja, pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), ou por formas de acesso decididas por resoluções institucionais e amparadas pelas adesões nas instâncias adequadas. Dentre alguns documentos tínhamos o Programa Incluir consolidado pela portaria normativa nº 14, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) que foi uma parceria do Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que abordou a propósito da acessibilidade neste espaço educacional.

Interpreta-se por ações afirmativas a aliança de indicadores voltados a públicos discriminados e violentados pela eliminação social acontecidos no passado ou no presente. A finalidade das ações afirmativas é eliminar as desigualdades e

segregações, de forma que não se conservem grupos elitizados e marginalizados na sociedade, isto é, procura-se um arranjo variado nos quais não exista a dominação de raças, etnias, religiões, gênero, entre outros. Sendo assim, propõem-se políticas que assegurem a máxima presença de coletividades antes segregadas nos serviços de educação, na saúde, na profissão, na obtenção de proveitos materiais, em tramas de assistência social e de prestígio cultural. Na atualidade, as ações afirmativas já propostas no Brasil, têm resultado no acréscimo da participação de grupos minoritários em determinadas áreas de emprego ou na promoção à educação, através de cotas, etc.

Em 2012, o Governo Federal sanciona a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que assegura a reserva de 50% das matrículas por curso a estudantes oriundos totalmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência⁶. Em 2016 essa Lei foi alterada pela Lei nº 13.409, que indica:

Art. 1º Os arts. 3º, 5º e 7º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

“ Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

.....” (NR)

“ Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. ”

Entre as ações propostas pela UFSM, a partir dessas diretrizes legais, temos a criação em 2007 do Núcleo de Acessibilidade, com a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e permanência aos alunos e servidores da Universidade Federal de Santa Maria. Com a finalidade de também promover a condução das

⁶ Dados disponíveis no portal de sistema de Cotas MEC (<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>).

demandas de acessibilidade, entre outras, foi instituída ainda a Comissão de Acessibilidade. Tal comissão é integrada por representantes das Unidades Universitárias, dos Órgãos Suplementares, dos Órgãos Executivos e das Pró-Reitorias da UFSM.

Segundo informações disponíveis no site de Coordenadoria de Ações Educacionais – CAED/UFSM⁷, as ações desenvolvidas pelo Núcleo são voltadas para alunos e servidores que apresentam ou estão em contato com a realidade das necessidades educacionais especiais; Transtorno do Espectro Autista; Altas habilidades/superdotação; Deficiências e Surdez. As principais competências do Núcleo de Acessibilidade da UFSM são:

- Orientação para adequação frente as barreiras: pedagógicas, edificações, urbanísticas, transporte, informação e comunicação;
- Orientações a comunidade universitária a tecnologias e equipamentos especializados indicados às necessidades educacionais especiais;
- Esclarecimentos em relação à legislação brasileira referente às necessidades educacionais especiais;
- Assessoria à comunidade universitária nas questões que envolvem acessibilidade.

O Núcleo de Acessibilidade vincula atuações com os setores de competência dentro da Instituição para tomar as normas legais de acessibilidade a fim de oferecer condições de permanência aos estudantes. As ações têm o objetivo de derrubar as barreiras de acessibilidade. Hoje, no que diz respeito à aplicação das normas legais de acessibilidade, as atividades e práticas adotadas no âmbito da UFSM são:

- Disponibilização de intérprete/tradutor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes e docentes surdos;
- Adequação de material em Braille para estudantes cegos; empréstimos de tecnologias assistivas, tais como: computador com leitor de telas, ampliador eletrônico portátil e gravador de voz;

⁷ <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/> acessado em: 15/07/2019

- Acompanhamento semanal e individualizado de estudante; com monitores para alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais
- Reuniões com docentes e coordenações de curso para discussão de casos e apresentação de estratégias/sugestões para o trabalho com os alunos com deficiência;
- Promoção de cursos e eventos para estudantes, servidores e comunidade em geral.

Estas seriam as ações promovidas pelo Núcleo para fomentar as condições de acessibilidade e permanência para os estudantes e servidores da UFSM. Ao considerar essas ações, pergunto-me sobre como elas produzem efeitos sobre as trajetórias acadêmicas dos alunos na UFSM, possibilitando que eles ao ingressarem possam permanecer participando dos processos acadêmicos e construir conhecimentos, tendo sido implementados. Essa discussão constitui o foco da continuidade do texto.

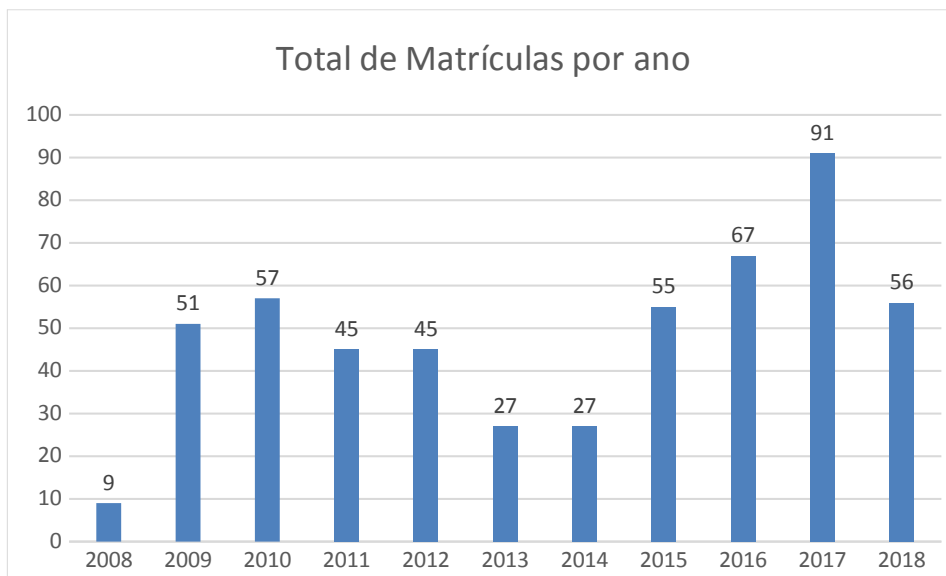
4. AÇÕES PARA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFSM

Pode-se dizer de acordo com dados do Relatório Anual do Núcleo de Acessibilidade de 2018 que o ingresso por reserva de vagas de acadêmicos com deficiência na UFSM se dá desde 2007. O concorrente aprovado, para confirmar sua vaga na UFSM, necessita passar por uma entrevista com a Subcomissão de Acessibilidade da Comissão de Ingresso Acadêmico, estabelecida pela Resolução nº 002 de 2018 (UFSM, 2018). A Subcomissão de Acessibilidade avalia o caso e defere ou indefere a matrícula do candidato no curso pretendido. Posteriormente, essa Subcomissão encaminha ao Núcleo de Acessibilidade os dados dos acadêmicos com matrícula deferida. O Núcleo de Acessibilidade avisa as coordenações de curso, de preferência antes do início de cada semestre, que terão o ingresso de estudantes com deficiência.

Segundo, o mesmo Relatório (2018 p.14),

No ano de 2018 realizaram o registro de 62 matrículas de estudantes com deficiência nos dois semestres letivos. Destes, 56 ingressaram por sistema de reserva de vagas, seja através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), ou dos processos seletivos específicos para os cursos técnicos. Os outros seis estudantes não ingressaram através do sistema de reserva de vagas.
2018/1: 45 ingressantes, 43 ingressos pelo sistema de reserva de vagas e dois que não ingressaram pelo sistema de reserva de vagas;
2018/2: 17 ingressantes, 13 ingressos pelo sistema de reserva de vagas e quatro que não ingressaram pelo sistema de reserva de vagas.

Conforme o Relatório (2018) a situação das matrículas de alunos com deficiência na UFSM apresentou um aumento significativo entre 2008 e 2009 e tem oscilado desde então, destacando-se o ano de 2017 como o ano em que houve mais matrículas.



Uma análise aligeirada desses números pode indicar que o aumento de matrículas de alunos com deficiência na UFSM representa o sucesso das políticas de inclusão, tornando-se desnecessária uma problematização mais atenta sobre as mesmas. Nessa lógica os números apresentados no Relatório podem se constituir como “uma produtiva estratégia de produção de discursos sobre uma inclusão que dá certo” (MENEZES, 2011, p. 55).

No entanto, parece importante ressaltar que o número de ingressos não pode, por si só, ser considerado como elemento que indique o sucesso das políticas de inclusão no ensino superior, sejam elas propostas em âmbito federal ou em âmbito local. É preciso atentarmos aqui para aquilo que é ofertado aos alunos e que podem garantir sua permanência na instituição, com condições de aprendizagem, evitando assim as evasões. Nesse sentido, o Relatório do Núcleo de Acessibilidade (2018) indica os seguintes dados:

Abandono de matrículas: 159
Cancelamento de matrícula: 54
Desistência: 01
Desligamento: 01
Óbito: 01
Conclusão de curso: 79
Matrícula regular: 219
Transferência: 04
Transferência interna: 12
Total: 530

Diante de tais números me questiono sobre como as estratégias propostas pela UFSM para a inclusão desses alunos têm sido desenvolvidas? Os alunos com deficiência encontram na instituição, além das condições de acesso, condições de participação que lhes possibilitem a construção de aprendizagens? Por que somente 79 alunos dos 530 já matriculados nesse período de 10 anos integralizaram o curso?

Na UFSM o Núcleo de Acessibilidade se constitui como o principal serviço para o acompanhamento pedagógico dos alunos em processo de inclusão. Segundo dados do Relatório (2014-2018) cabe ao Núcleo

O atendimento de estudantes e servidores que apresentam determinado tipo de deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação que entraram pelo sistema de reserva de vagas/cotas ou que tenham requerido cadastro junto ao Núcleo de Acessibilidade, ou além disso apresentem encaminhamentos por docentes, coordenações de curso, Unidades de Apoio Pedagógico ou outros setores.” Após receber da Subcomissão de Acessibilidade a listagem dos ingressantes pelo sistema de reserva de vagas/cotas, o Núcleo de Acessibilidade envia um memorando informando para as coordenações de curso sobre o ingresso dos estudantes.

No início de cada semestre, os acadêmicos novos são contabilizados pelo Núcleo de Acessibilidade e chamados para uma entrevista. Nesse momento é realizado o preenchimento da Ficha Cadastral e ofertado o Atendimento Educacional Especializado (RELATÓRIO ANUAL DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE, 2014-2018, p.36)

Segundo esses dados, cabe ao Núcleo o monitoramento do ingresso dos alunos com deficiência na instituição; a informação às coordenações dos Cursos de graduação em que os alunos serão matriculados; o estabelecimento de contato com os alunos e a oferta de atendimento educacional especializado. A oferta desse atendimento se dá para os alunos que se declaram com deficiência e também para

os alunos encaminhados pelos professores das disciplinas A frequência do atendimento é semanal, com duração de 50 minutos, sendo que em determinados momentos tais atendimentos podem ter a assiduidade espaçada para a frequência quinzenal ou aumentada para mais de um atendimento semanal.

Na Educação Superior, segundo o referido Relatório, o atendimento educacional especializado “visa agenciar a inclusão dos estudantes por meio de soluções, atos pedagógicos e de acessibilidade que cooperem para a participação plena nas atividades acadêmicas, desenvolvimento pessoal e profissional” (RELATÓRIO ANUAL DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE, 2018 p.36). Sendo que é no decorrer dos atendimentos que são reconhecidas as necessidades de adequações didático-pedagógicas que, dependendo do caso, podem antecipar inclusive adaptações de avaliações e provas. Quando há a precisão de necessidade de adaptações, elas são informadas via memorando, à Coordenação de Curso.

Ainda, são trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Acessibilidade reuniões com coordenações de curso e coordenações, empréstimos de materiais e outros projetos, eventos e ações desenvolvidos pelo setor.

Ao olhar para as ações propostas pelo Núcleo e analisar os números de conclusão de curso e evasão de alunos com deficiência na UFSM, parece-me que é possível indicar que se faz necessário ampliarmos as discussões sobre inclusão na UFSM. Assim como na educação básica, a inclusão não se efetiva exclusivamente pelo número de matrículas, pelas estratégias, serviços e recursos técnicos disponibilizados aos alunos. O olhar destinado aos alunos com deficiência deve garantir que os mesmos acessem os espaços acadêmicos e neles permaneçam porque se sentem em condições de participar e interagir, estabelecendo trocas sociais que indicam que há apostas nas suas possibilidades de aprendizagem.

Provin (2013, p.99), ao analisar práticas de inclusão escolar no ensino superior analisa que

A universidade hoje não é mais destinada apenas para uma pequena parcela da população, mas pretende “ser para todos”. Contudo, mesmo com esse desejo de atingir a “todos”, essa é uma questão que pode ser colocada sob suspeita. Será que mesmo com possibilidades ampliadas de acesso, todos conseguem entrar e manter-se incluídos até a conclusão de seus cursos? No caso daqueles alunos que conseguem concluir os seus cursos, isso seria uma garantia de obter chances iguais para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho?

Ainda que a garantia de acesso à educação (básica e superior) seja um princípio reafirmado pelas políticas atuais, parece importante continuarmos refletindo sobre como temos socialmente nos relacionado com as pessoas com deficiência. Será que temos conseguido superar as marcas de incapacidade produzidas historicamente sobre essas pessoas, passando a entender que políticas de inclusão não representam ações de assistência? Deficiências podem ser percebidas como potencialidades que garantem aprendizagens e formação profissional? Essas questões parecem ser determinantes para que os alunos em processo de inclusão no ensino superior acessem e permaneçam nas universidades, estabelecendo relações em que encontrem condições para viver suas diferenças, tenham lugar para falar de si, consigam provocar permanentemente o exercício de reflexão no meio acadêmico sobre outras possibilidades para os processos e práticas pedagógicas que precisam ser desenvolvidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A importância de não acreditar que existe somente uma verdade a seguir...

É instigante pensar o quanto no decorrer do curso presencial de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional do Centro de Educação na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, modifiquei verdades que tecia sobre a Inclusão e também ressignifiquei conceitos, valores e relações estabelecidas que me colocaram no lugar que estou hoje e fazem eu ver as coisas com novas lentes.

Ao propor uma pesquisa para conhecer e problematizar a gestão das práticas que visam a permanência (com aprendizagem) dos estudantes com deficiência no ensino superior na UFSM, o fiz entendendo que não há somente uma linha possível, uma verdade a ser descoberta, uma análise generalizante a ser construída. Nesse sentido, finalizo esse estudo entendendo que ele não me trouxe respostas prontas, conclusões fixas, mas sim novas inquietações que me fazem desejar continuar estudando.

Quando lá em 2017 prestei a seleção para o Ingresso na Especialização em Gestão Educacional, acreditava que sairia com grandes respostas e que as minhas inquietações seriam sanadas. Naquele contexto parecia-me que para incluir bastava que estratégias eficientes de atendimento às necessidades educacionais dos alunos fossem previstas. Entretanto, hoje entendo que as políticas de inclusão materializadas em ações que garantam o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior, não necessariamente, garantem que essas pessoas se sintam parte das relações estabelecidas nos espaços sociais. Sem conseguir se perceber como “parte integrante de”, seria possível se sentir realmente “incluído em”?

Nesse sentido, o que propus neste trabalho foi conhecer ações ofertadas na UFSM para inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, com vistas a tentar compreender como esse aluno com deficiência que acessa a UFSM consegue encontrar condições de permanecer porque está conseguindo participar e aprender na instituição. Conforme anunciei ao longo do texto, ao fazer essa proposição de pesquisa não tive a intenção de indicar uma verdade ou modelo sobre como incluir pessoas com deficiência, mas sim discutir o que é oferecido aos alunos na Universidade Federal de Santa Maria, a partir da análise de documentos

institucionais que regulamentam o processo de inclusão desses sujeitos nesse espaço.

Ao conhecer aquilo que é feito na universidade por meio do órgão responsável pelas práticas inclusivas, ou seja, o Núcleo de acessibilidade, e analisar os documentos escolhidos como materiais da pesquisa, que indicam números de matrícula; conclusão de curso e evasão, passei a me perguntar sobre por que tão poucos alunos conseguem integralizar a formação? Como esta pesquisa não tinha como objetivo conhecer as percepções de alunos e professores da UFSM com relação às práticas de inclusão, as conclusões produzidas indicam possibilidades de interpretação, mas não afirmações sobre os efeitos que de tais práticas produzem nos sujeitos. Entendo que assim como as práticas inclusivas realizadas nos espaços de educação básica, é possível que as relações que são determinantes nos processos de aprendizagem ainda sejam frágeis e pautadas em representações de deficiência a partir da incapacidade. Essas relações podem indicar a lógica neoliberal na educação que ainda não possibilitam que os sujeitos com deficiência sejam compreendidos como sujeitos de aprendizagem capazes de concorrência.

Por compreender os discursos inclusivos como estratégias de governo dos sujeitos a partir da lógica neoliberal, entendo que há um perfil desejado de aluno a ser formado. Seriam eles sujeitos capazes de se autogestar de forma autônoma e de investir em suas habilidades a partir de atitudes de empreendedorismo e proatividade permanente. Diante desse perfil, ao olhar para os documentos questiono as condições de concorrência que os alunos com deficiência encontram na UFSM e fora dela. As concepções de deficiência que embasam as práticas com esses alunos têm produzido mais inclusão ou exclusão? Como as aprendizagens têm se efetivado? Como tem se dado seu processo de inclusão no mundo do trabalho após a formação na UFSM? Essas me parecem ser questões importantes que me levarão (eu espero) à novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acessado em: 13/05/2019

_____. **Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acessado em 07/08/2019

_____. **Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm Acessado em 20/08/2019

_____. Ministério da Educação- MEC. **Lei de Cotas para o Ensino Superior- Portal do MEC** . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> Acessado em: 18/08/2019

_____. Ministério da Educação- MEC. **Programa Incluir**. Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir> Acessado em: 21/08/2019

_____. **Censo da Educação Superior 2017** – Divulgação dos principais resultados/ Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Diretoria de Estatísticas Educacionais/ Sinapse Estatísticas do número de alunos com deficiência no ensino superior; Brasília: INEP, 2017.

BAPTISTA, **Educação especial e políticas de inclusão escolar no brasil: diretrizes e tendências**. In:

Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar, São Carlos, Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015.

BEYER, H, O. **Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre, Editora Mediação, 4ª edição, 2013.

BUJES, M. I. E. **Descaminhos**. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b. p. 11-33

Coordenadoria de Ações Educacionais – CAED. **Núcleo de apoio à Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/> Acessado em: 02/08/2019

_____. **Núcleo de acessibilidade – Relatórios Anuais (2014-2018).**
Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/relatorios-2/> Acessado em: 30/06/2019

_____. **Núcleo de apoio à aprendizagem – Regulamento interno do núcleo de apoio à aprendizagem.** Dispõe sobre a normatização das atividades do Núcleo de Apoio à aprendizagem da Coordenadoria de Ações Educacionais- CAED (UFSM). Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2018/10/Regulamento-Ncleo-de-Apoio-Aprendizagem.pdf> Acessado em: 04/08/2018

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. Ações afirmativas.
Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas> Acessado em: 20/08/2019

FIORIN, B.P.A. **Reestruturação da Educação Superior e Ações direcionadas à Permanência e Diplomação do Estudante com NEE.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Editora Loyola. 24º ed., 2014.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

LOPES, M.C. **Políticas de Inclusão e Governamentalidade.** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8297/5536> . Acessado em: 19/08/2019

_____. **Inclusão e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1.ed., 2ª.reimp. 2017

LOCKMANN, K; HENNING, P. C. **A genealogia como ferramenta para pensar os processos de in/exclusão na atualidade escolar.** Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 13, n. 1, p. 75-81, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/viewFile/15337/8229>. Acessado em: 26/03/2019

MENEZES, E da.C.P de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva.** Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

PARAÍSO, M.A. **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégia analíticas.** In: MEYER, D.E e PARAÍSO, M. A (orgs). Metodologias de Pesquisa Pós- Críticas em Educação. Belo Horizonte, Mazza Edições. 2012, p.23-46

PELLEGRINI, C.M. **Ingresso, Acesso e Permanência de Alunos com Necessidades Especiais na Universidade Federal de Santa Maria- UFSM- RS.**

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006

PEREIRA; P.L.C. **Gestão: Inclusão no Ensino Superior frente ao Público-Alvo da Educação Especial.** Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 2018

PPC, **Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Especial.** Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/educacao-especial/projeto-pedagogico> Acessado em: 08/07/2019

PROVIN, P. **Inclusão na universidade: estratégias para o ingresso de “todos” no ensino superior.** In: FABRIS, E.T.H; KLEIN, R.R. (Org.). *Inclusão e Biopolítica.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Coleções Foucautianos). 2013 p. 99-112

SOUZA, E.C . de, **(Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação.** In: NASCIMENTO, A.D.; HETKOWSKI, T.M. (orgs.) *Memória e formação de professores.* Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p., ISBN 978-85-232-0484-6. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-04.pdf> - Acesso 15/04/2019

TURCHIELLO, P. **A produtividade dos Sujeitos com Deficiência na Articulação da Educação Profissional e Tecnológica com a Inclusão.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **PPI – Projeto Pedagógico Institucional.** (Documentos oficiais). Disponível em: <https://www.ufsm.br/wp-content/uploads/2018/08/Projeto-Pedag%C3%B3gico-Institucional.pdf> Acessado em: 08/05/2019

VEIGA-NETO, A; LOPES, M,C; **Inclusão, exclusão, in/exclusão.** *Verve*, 20: 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886/11118> Acessado em: 26/08/2019

WATZLAWICK, J.A.de A. **As (Im) possibilidades da Inclusão na Educação Superior.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós- Graduação em Educação, 2011.